

EUROPA,
ATLÂNTICO
E O MUNDO
MOBILIDADES, CRISES,
DINÂMICAS CULTURAIS

PENSAR COM

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

EUROPE, THE ATLANTIC AND THE WORLD
MOBILITY, CRISES, CULTURAL DYNAMICS

THINKING WITH MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

COORDENAÇÃO

ISABEL MARIA FREITAS VALENTE

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
2017

PENSAR A EUROPA COMO DEMOCRACIA...*

Guilherme d'Oliveira Martins

Administrador Fundação Calouste Gulbenkian
Professor Catedrático Convidado da ULL e do ISCSP - UTL
E-mail: gom@gulbenkian.pt

Capitão, sim e não? Será o «não» que é culpado em relação ao «sim», ou o «sim» em relação ao «não»? Vou pensar nisso.

Georg Büchner, Woyzeck (1836)

Resumo

A questão europeia assemelha-se hoje à caixa de Pandora, imprevisível e sujeita às maiores incertezas e a juízos contraditórios. Conhecemos o mito ligado a esse artefacto mitológico que, uma vez aberto, invadiu de males o mundo, preservando apenas uma pequena centelha de esperança, que permitiria aperfeiçoar a natureza humana lidando com os elementos condutores da tragédia. A União Europeia está numa encruzilhada decisiva. Estamos, no entanto, a sofrer da falta de ambição dos principais governantes europeus no tocante à definição do nosso futuro comum. Ao contrário do que muitos pensam, o problema fundamental da União Europeia reside em ter ou não capacidade para criar uma União política que tenha voz e seja respeitada na ordem internacional.

* O presente texto foi escrito antes da decisão do Reino Unido de sair da União Europeia, mas as preocupações fundamentais mantêm-se atuais.

Não está em causa o fim do Estado-nação, mas sim o termo de uma conceção fechada e absoluta do Estado. O discurso antieuropeísta usará falsos argumentos que nada têm a ver com o ponto em que estamos, mas com o ponto donde vimos. É preciso, por isso, usar os argumentos corretos e recusar a demagogia de sonhar com soberanias nacionais que já não existem.

Palavras-chave: Europa; Democracia; Estado-nação; Antieuropeísmo

Abstract

The European issue today resembles the Pandora's box, unpredictable and subject to greater uncertainties and contradictory judgments. We know the myth connected with this mythological artifact that, once opened, invaded the world with evils, preserving only a small spark of hope, which would allow us to perfect human nature by dealing with the elements that lead the tragedy. The European Union is at a decisive crossroads. We are, however, suffering from the lack of ambition of the main European rulers in defining our common future. Contrary to many people's beliefs, the fundamental problem of the European Union is whether or not it has the capacity to create a political Union that has a voice and is respected in the international order. It is not the end of the nation-state, but the end of a closed and absolute conception of the state. Anti-European speech will use false arguments that have nothing to do with where we are, but with the point where we have come. It is therefore necessary to use the correct arguments and refuse the demagoguery of dreaming with national sovereignties that no longer exist.

Keywords: Europe; Democracy; Nation-State; Anti-Europeanism

Maria Manuela Tavares Ribeiro tem sido, no panorama do debate europeu, uma referência fundamental: pelo estimulante apoio que tem dado a uma reflexão séria e aprofundada sobre um tema tão complexo

quanto atualíssimo; mas também pela abertura de horizontes novos que tem permitido, no sentido de assegurar que a Europa seja vista não como um projeto fechado e burocrático, mas como um desafio cívico, que deverá envolver Estados e cidadãos, instituições e pessoas.

A questão europeia assemelha-se hoje à caixa de Pandora, imprevisível e sujeita às maiores incertezas e a juízos contraditórios. Conhecemos o mito ligado a esse artefacto mitológico que, uma vez aberto, invadiu de males o mundo, preservando apenas uma pequena centelha de esperança, que permitiria aperfeiçoar a natureza humana lidando com os elementos condutores da tragédia. Dir-se-ia que cem anos depois da queda de todas as ilusões a propósito do primeiro grande conflito mundial, os fantasmas vão regressando todos como se as lições da História de nada valessem. O Mediterrâneo oriental, o Médio Oriente, o que sobrevive do império russo, a intrincada questão grega e os demónios das crises financeiras – tudo se associa para desenhar um horizonte cheio de nuvens muito negras.

E a União Europeia revela-se ainda muito frágil, estando os seus membros sobretudo preocupados com o curto prazo e com um bem-estar ilusório, enquanto os EUA têm dificuldade em lidar com a atual alteração de circunstâncias que, quase 27 anos depois da queda do muro de Berlim, leva a que neste sistema de polaridades difusas tudo esteja dependente de fatores pouco racionais (como ficou evidente em 11 de setembro de 2001), que bloqueiam a evolução da economia e da sociedade. O bem-estar imediatista tem como pano de fundo a estagnação e um perigoso fechamento do mercado interno europeu sobre si mesmo. Em lugar do «fim da história» ou do «choque de civilizações», deparamo-nos com uma nova conflitualidade desregulada, num modelo de polaridades difusas, em que se mistura o tribalismo, o radicalismo dos fundamentalismos e o vazio dos valores humanos, a ausência de perspectivas de emancipação social e o agravamento das desigualdades, do desemprego e da pobreza.

Os restos dos impérios procuram novos espaços e a perigosa fragmentação social e política associa-se às formas mais diversas de terror e de irracionalidade. E quando muitos pensam que a doença de que pade-

ce o mundo pode ter um tratamento já experimentado ou conhecido, a verdade é que a enfermidade, no fundo, não é essencialmente financeira ou económica, é, de facto, política. Se não houver uma resposta política e um golpe de asa capazes de mobilizar as vontades dos cidadãos e as opiniões públicas – em especial dos mais jovens, a quem faltam perspectivas de futuro e condições concretas de emprego e dignidade – o fracasso será inexorável. Quanto radicalismo não resulta do mero desespero!... E conhecemos diversos momentos históricos em que tal foi evidente. Eis-nos, pois, sem saber lidar com as forças negativas libertadas desta nova caixa de Pandora, que em vez de se atenuarem apenas se agravam. Olhe-se a Europa de hoje. Quem poderá dizer que os efeitos da crise financeira iniciada no outono de 2008 se estão a desvanecer? Ninguém pode responder, uma vez que aquilo a que assistimos se traduz apenas numa limitadas e breves melhoras, que poderão rapidamente degenerar numa grave recaída. Muitos comentadores chegam mesmo a afirmar que a evolução mais provável é caminhar de «bolha» em «bolha», ou seja, de ilusão em ilusão, de especulação em especulação, até um desfecho imprevisível (olhe-se a longuíssima estagnação japonesa sem fim à vista)...

De que estamos então a falar quando falamos de Europa? Do predomínio do curto prazo e do imediatismo, que gera os populismos e a fuga para diante, com todos os seus perigos. A emergência de novas forças políticas com fronteiras flutuantes, orientadas por objetivos irrealistas, assentes na promessa de míticos Eldorados, é um sinal dessa vertigem incapaz de delinear um caminho de criação e distribuição de riqueza, assente na sustentabilidade económica, social, ambiental e cultural. A isto se liga a incapacidade dos governos e dos partidos darem respostas consistentes, compatíveis com os recursos disponíveis e com o reforço da coesão. Não há, de facto, um efetivo controlo dos poderes económicos pelos poderes democráticos legítimos. Importa, porém, compreender que teremos de encarar os novos movimentos sociais como alfofre de respostas novas, que os partidos tradicionais deverão assumir, sob pena

de se desligarem da sociedade. Por outro lado, não há planos estratégicos consistentes capazes da definição e prosseguimento de objetivos de desenvolvimento de médio e longo prazos, do mesmo modo que também não se cuida da criação de condições de paz, confiança e equilíbrio de poderes e influências.

Há uma perigosa amnésia coletiva relativamente ao século trágico que levou a trinta anos das guerras mais mortíferas de que há memória. Isto, do mesmo modo que existe medo relativamente à adoção de medidas políticas que marquem a complementaridade necessária entre uma União Europeia de povos livres e soberanos e a consolidação de Estados democráticos abertos, justos, coesos, baseados na liberdade e na responsabilidade de cidadãos ativos. Daí a necessidade de um novo «contrato social», capaz de aliar a justiça distributiva à confiança, bem como à coesão económica, social e territorial. Em vez da fórmula gasta «menos Estado e melhor Estado» temos de superar o facto de termos cada vez menos sociedade ativa e cada vez mais burocracia cega – ingredientes favorecedores da injustiça e da corrupção. De facto, se o Estado cresceu e se centralizou, importa encontrar mecanismos eficientes de transformação social capazes de assumir o que falta no tocante à solidariedade dos cidadãos. Não se pense que a reforma do Estado Social se fará sem um esforço muito sério de partilha social de responsabilidades – ou numa lógica centralizadora. Invocar o princípio da subsidiariedade obriga a termos «mais sociedade e melhor serviço público». O Estado social moderno terá de ser um mediador, não o alfa e o ómega da realidade política à maneira de Hegel, mas um mediano ativo entre a cidadania, os poderes intermédios e as instituições locais, regionais, nacionais e supranacionais.

A União Europeia que herdámos do fim da guerra e que contribuímos (também nós, povos ibéricos) para consolidar imediatamente antes de 1989, é hoje mais necessária do que nunca, assumindo uma dupla legitimidade inequívoca (dos cidadãos e dos Estados), com uma política externa e de segurança comum e uma defesa comum que garantam a paz, com

instituições políticas representativas e respeitadas e dotada de um projeto mobilizador: de solidariedade, de desenvolvimento e de entreatura... E não se fale a despropósito do fantasma federalista. Do que devemos livrar-nos é da ideia de Super-Estado europeu, distante e incontrolável, que só faria recuar a democracia e apenas agravaria os males atuais. Uma partilha saudável de soberanias obriga a melhores instituições democráticas e representativas, a uma união política, a um governo económico da União, ao equilíbrio entre políticas económicas, à estabilidade monetária, a um orçamento comunitário compatível com as responsabilidades de paz e de desenvolvimento, a uma união bancária transparente, eficaz e justa e, sobretudo, a uma legitimidade democrática partilhada... Demarcamo-nos, pois, de uma União centralista, distante e incontrolável, afirmando a exigência de um projeto mobilizador de reconstrução e de convergência social.

Em 1945 e nos anos 50 houve que responder à destruição do nosso continente resultante das guerras, agora o que importa é prevenir um novo conflito de dimensões imprevisíveis, facto que exige audácia nas medidas e determinação na obtenção e na avaliação dos resultados. A estagnação europeia, que hoje se vive, não será superada apenas através das intervenções do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia. O Plano Draghi (Quantitative Easing), porventura atrasado em relação ao mundo anglo-saxónico, é fundamental, mas pressupõe uma contradição, já que a desvalorização do euro, o aumento do preço dos produtos importados e a melhoria da competitividade das exportações europeias vão coexistir com a redução do poder de compra dos europeus. Que fazer perante tantas incertezas? Torna-se indispensável aumentar os recursos orçamentais europeus, capazes de dar um impulso ao investimento e no combate à fragmentação social. Todos sabemos que as resistências a essa orientação serão as maiores, mas a questão grega, com as suas implicações na segurança e paz europeias, levará a uma resposta audaciosa nesse domínio. Não podemos esquecer que a união monetária (tão frágil economicamente) gera desequilíbrios, divergências e instabilidades que têm dificultado e impedido respostas aos choques assimétricos.

Os ajustamentos decorrentes dos resgates já terminados (de Portugal e da Irlanda) serão necessariamente longos, de modo a que se reduza estavelmente a dívida pública e os sacrifícios impostos às gerações futuras, através do aumento do produto interno e da amortização da dívida nas melhores condições de prazo e juro. Impõe-se, pois, um ajustamento muito sólido e estável da consolidação orçamental ao ciclo económico. E deve criar-se um mecanismo preventivo, semelhante a um fundo de garantia, para proteger os Estados sujeitos aos choques assimétricos, para salvaguardar as questões do desemprego e da competitividade.

Torna-se, pois, indispensável aumentar os recursos comuns capazes de dar um impulso ao investimento reprodutivo e na resposta à fragmentação social. Só haverá convergência social se o orçamento comunitário aumentar, se o método comunitário for afirmado e consolidado e se a União se tornar mais política e económica. Serão apenas boas intenções? Não. Mais do que procurar sistemas de exceção ou de favor, é indispensável encontrar soluções comuns de «convergência social». Trata-se de uma questão de sobrevivência e a «questão grega» vai obrigar a tirar consequências. Se é certo que o modelo helénico falhou porque houve austeridade sem reforma, isto é, cortes cegos sem abertura de horizontes para a reorganização do Estado e a eficiência da economia, importa agora garantir a consolidação orçamental, a criação de riqueza e a justiça distributiva. Só uma Europa com voz própria pode dialogar no contexto internacional – designadamente no Mediterrâneo Oriental: definindo um *modus vivendi* estável (legítimo e democrático) com a Rússia, reforçando a cooperação com uma Turquia democrática, garantindo o equilíbrio no Médio Oriente e limitando os riscos do Estado Islâmico... A reforma grega tem, assim, de se inserir num conjunto de segurança e de paz.

E importa ainda salvaguardar a aplicação inteligente do Tratado Orçamental, interpretado como subsidiário dos Tratados da União Europeia. Sendo de natureza intergovernamental tem de se articular cada vez mais com o «método comunitário», obedecendo a três princípios muito simples e exigentes: não deve ser interpretado de modo rígido e formalista; deve

corresponder a um caminho de aproximações sucessivas (em especial quanto à consagração de saldos orçamentais primários positivos); e não deverá pôr em causa a coesão económica, social e territorial e uma «convergência social substantiva».

Os sinais dados pelo Papa Francisco devem ser seguidos com atenção e determinação. Essa expressão ética e política tem de ser considerada com especial atenção! Trata-se de recusar posições meramente defensivas, mais preocupadas em manter as aparências mesmo à custa de injustiças, em lugar de abrir caminhos de esperança e desenvolvimento. Urge, pois, voltar a relembrar a lição da mitologia clássica. A centelha de esperança tem de ser aprofundada. As democracias europeias, em lugar de reforçarem a justiça distributiva e a legitimidade do exercício têm preferido acomodar-se a um contrato social enfraquecido e centrado numa convergência nominal e em metas formais e falaciosas, em lugar de fazerem da disciplina financeira e orçamental uma arma de coesão e de confiança – impedindo o movimento que leva à fragmentação e ao aumento das desigualdades. E não se continue a repetir que se viveu ou vive acima das possibilidades, quando as classes médias e os injustiçados ou foram levados a um caminho de endividamento ou sofreram discriminações sociais inaceitáveis, com manifesto desequilíbrio entre os investimentos realizados e a capacidade de criação de riqueza.

Do que se trata, sim, é de avaliar com muito rigor e sentido de responsabilidade a aplicação dos recursos disponíveis, para que os investimentos sejam criadores de riqueza e de emprego. O dinheiro barato não pode criar a ilusão de que o progresso é ilimitado e está ao virar da esquina. A especulação financeira não pode ser confundida com a criação do desenvolvimento. A importação de modelos latino-americanos, baseados na demagogia, no populismo e na utilização ilimitada e irresponsável dos recursos naturais apenas enfraquece e põe em causa a vida democrática e a cidadania. Do que se trata é de garantir que haja uma sociedade mais responsável, com um Estado disciplinado e rigoroso, capaz de mobilizar as melhores energias disponíveis...

A verdade é que a União Europeia pode estar mais forte depois da crise financeira, porque está mais consciente das suas fragilidades. Mas não basta dizê-lo. Temos um Fundo de estabilização, temos um Tratado Orçamental (que tem de ser considerado como um caminho de responsabilidade e não como um conjunto formal de obrigações não cumpríveis), temos uma União Bancária a afirmar-se gradualmente e um Banco Central Europeu ativo. Há ainda muitos passos a dar, em especial em nome de uma solidariedade comum, em lugar da perigosa fragmentação que continua a ser um risco forte. Nesse sentido, há que compreender que a atual circunstância determina a definição de objetivos comuns no sentido da inovação económica e da abertura de vias de cooperação e de uma competitividade justa – percebendo-se que o comércio internacional e a concorrência global têm de encontrar respostas contra a especulação e a injustiça dos paraísos fiscais.

Para William Gladstone, a melhor política deve conciliar a confiança e a prudência, e não o ressentimento e o medo. A experiência política é mais do que nunca obrigatória na defesa do bem comum. A irrelevância europeia no âmbito internacional está a tornar-se perigosa. A União Europeia precisa, por exemplo, de um Alto Representante para as questões Económicas, do Desenvolvimento e da Coesão, como já tem para a Política Externa e de Segurança. E Portugal tem de continuar no núcleo fundamental da política europeia. As fragilidades sentidas no projeto europeu não são conjunturais e momentâneas, ditadas pela crise financeira recente, pelos problemas da dívida soberana, pelo euro, ou por uma irritação circunstancial dos deuses.

Olhemos em volta e verifiquemos o porquê das coisas: (a) os meios orçamentais europeus são insuficientes para realizar a coesão económica, social e territorial; (b) as desigualdades agravam-se e há excedentes comerciais dos mais ricos, que aumentam as injustiças e a ineficiência; (c) a União Económica e Monetária está incompleta por falta de dimensão económica e social (como Delors assinalou desde sempre); (d) o desemprego e as necessidades de investimento continuam a ser, na prática,

subalternizados; e (e) a coordenação política, em termos de interesses vitais comuns, continua manifestamente deficitária. E se insistimos na confiança na democracia supranacional europeia é para deixarmos claro que a Europa política é mais urgente que nunca. Veja-se a crise dos países emergentes, atente-se na inconsistência das economias baseadas em fatores limitados (desde a energia à mão de obra barata, passando por novas tecnologias que depressa se tornam obsoletas, perante a falta de investimentos consistentes na investigação e na cooperação académica). O produto potencial europeu vive um momento de estagnação porque a economia está demasiado acomodada e fechada sobre si mesma.

Os mortos do Mediterrâneo resultam da ausência de políticas de coesão económica e social e de uma cooperação ativa com as regiões desfavorecidas, designadamente de África. A Grécia ou a Ucrânia são perigosos epifenómenos que demonstram a existência de um mal-estar ditado pela subalternização da política. A insustentabilidade de qualquer economia tem a ver com falta de capacidade de intervenção para romper um nó-górdio, que exige a solução de Alexandre e não qualquer tentação de iludir os problemas. Nada fica por pagar quando se trata da dívida dos Estados – ou se conseguem melhores condições para pagar com encargos limitados, graças à margem de manobra política e à existência de alternativas, ou se renegoceia de chapéu na mão, à custa da perda de soberania nacional. Eis por que razão os discursos demagógicos e populistas (de certos países da América Latina) só podem conduzir a mais pobreza e mais desigualdade. O mesmo se diga de quantos insistem na desvalorização monetária dita competitiva, como solução milagrosa. A soberania monetária de uma economia pequena e pouco relevante é sempre reduzida e fica dependente de formas mais ou menos subtis de subalternidade e de dominação.

Como tem insistido José Manuel Félix Ribeiro, precisamos de criar valor, de sobriedade de meios, de alianças estratégicas numa geometria variável, centradas numa integração europeia inteligente e flexível (com alianças extraeuropeias e com uma inserção atlântica consistente – até porque não seremos ouvidos e respeitados no hemisfério sul se não

tivermos voz no norte). E, sobretudo, precisamos de apostar no «planeamento estratégico moderno», sério, rigoroso e sujeito a avaliação de resultados. Não estamos em tempo de programas voluntaristas e de curto prazo, centrados em desagravamentos avulsos para os contribuintes sem cuidar das consequências na qualidade dos serviços públicos. O Estado e a Administração têm de se dotar dos melhores técnicos e de ligar desconcentração, proximidade dos cidadãos, descentralização e responsabilidade. A educação, a formação, a ciência e a cultura (com especial salvaguarda do património cultural) são transversais e exigem compromissos duráveis. A qualidade do Serviço Nacional de Saúde e os seus resultados têm de ser protegidos. A sustentabilidade da Segurança Social obriga a cálculos atuariais rigorosos de modo a haver equidade entre gerações. O ambiente e a qualidade de vida serão cruciais para que Portugal se torne um destino apetecível, de referência e de grande qualidade. A União Europeia perder-se-á se a política, a economia e a moeda não se coordenarem, e se os egoísmos nacionais não derem lugar a maior audácia na inovação e no desenvolvimento.

Cada Estado-membro tem de encontrar o seu caminho, articulando-se com os parceiros da União Europeia, melhorando os instrumentos de defesa dos interesses comuns (fundos comunitários, programas europeus, redes de serviço público). Falta a um tempo coordenação e subsidiariedade. Os fundos comunitários não podem continuar a ter uma lógica puramente nacional, sob pena de favorecerem os ciclos eleitorais, o desperdício e o imediatismo. Eis o ponto fundamental. Precisamos de mais Europa política, de mais competitividade económica e de harmonização fiscal. A lógica reformista tem de prevalecer sobre a austeridade cega, e o rigor sobre o formalismo. Sem essa orientação teremos a continuidade da estagnação económica, o risco de deflação, o fecho do mercado interno sobre si mesmo... Se Draghi e Juncker podem ajudar a criar um clima de confiança, o certo é que não pode faltar a consagração prática de medidas capazes de garantir o crescimento, o desenvolvimento humano, a sustentabilidade financeira, a consolidação

orçamental e a coesão económica, social e territorial. Racionalidade e justiça têm de se complementar... Precisamos, no fundo, de uma lógica europeia afirmativa, de verdadeira partilha de responsabilidades entre Estados e Povos livres e soberanos.

A União Europeia está numa encruzilhada decisiva. Estamos, no entanto, a sofrer da falta de ambição dos principais governantes europeus no tocante à definição do nosso futuro comum. Ao contrário do que muitos pensam, o problema fundamental da União Europeia reside em ter ou não capacidade para criar uma União política que tenha voz e seja respeitada na ordem internacional. Não está em causa o fim do Estado-nação, mas sim o termo de uma conceção fechada e absoluta do Estado. E quando se ouvem algumas vozes críticas da última revisão constitucional portuguesa em matéria europeia é preciso que se diga que é a defesa de uma soberania nacional eficaz e adequada ao mundo moderno que está em causa. Uma atitude meramente defensiva poderá conduzir-nos no sentido da fragmentação e do enfraquecimento. Corremos o risco da decadência e de tornar as soberanias nacionais caricaturas de si mesmas se não compreendermos que a hora é de avançar para uma Europa capaz de se tornar um autêntico fator de paz e de progresso, não apenas no velho continente, mas no mundo. O discurso antieuropeísta usará falsos argumentos que nada têm a ver com o ponto em que estamos, mas com o ponto donde vimos. É preciso, por isso, usar os argumentos corretos e recusar a demagogia de sonhar com soberanias nacionais que já não existem. A esfera das soberanias nacionais protege-se definindo as fronteiras destas com as da soberania europeia, que a «democracia supranacional» consagra. Pensemo-la como europeus.